



O USO DO JORNALISMO GUIADO POR DADOS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO PORTAL GÊNERO E NÚMERO

THE USE OF DATA JOURNALISM ON THE BUILDING OF JOURNALIST NARRATIVES: AN ANALYSIS OF STORIES ABOUT REPRODUCTIVE RIGHTS ON GÊNERO E NÚMERO PORTAL

Maria do Socorro Furtado Veloso¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Louise Soraya Chacon Silva²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Anna Beatriz Flor Rodrigues³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Gilvan Araújo de Almeida⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thaís Medeiros Fernandes⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Neste artigo, discutimos o modo como informações quantitativas relacionadas a gênero são utilizadas pelo jornalismo guiado por dados, com enfoque no portal brasileiro Gênero e Número. Com este intuito, apresentamos um breve panorama descritivo e analítico de quatro reportagens que tratam dos direitos reprodutivos das mulheres. A intenção é compreender de que maneira a Gênero e Número contribui para a construção de uma abordagem sobre a temática dos direitos reprodutivos capaz de sensibilizar o público por meio da relação entre dados, ferramentas visuais/interativas e narrativas jornalísticas de gênero. Para a realização deste estudo, apoiamo-nos nas contribuições teóricas de Ávila (2003), Barbosa e Torres (2013), Bertocchi (2016), Ramos (2011), Fragoso, Recuero e Amaral (2011) e Silva (2007). Como suporte metodológico, utilizamos a análise de conteúdo a partir de Bardin (2011).

Palavras-chave: Jornalismo de Dados; Narrativas Jornalísticas; Direitos Reprodutivos; Gênero e Número.

Abstract

¹ Professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, mestra em Multimeios pela Unicamp e jornalista formada pela Universidade Federal do Pará. Coordena o projeto de pesquisa "O pensamento social de José Saramago: Considerações a partir de oito entrevistas publicadas em livros".

² Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente integra o projeto de pesquisa "O pensamento social de José Saramago: Considerações a partir de oito entrevistas publicadas em livros", coordenado pela docente Maria do Socorro Furtado Veloso.

³ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁴ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁵ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



In the current work we discuss how quantitative information related to gender is used by data-driven journalism, focusing on the Brazilian portal Gênero e Número. With this aim, we present a brief descriptive and analytical overview of four reports that deal with women's reproductive rights. The intention is to understand how Gender and Number contributes to the construction of an approach to the topic of reproductive rights capable of raising public awareness through the relationship between data, visual/interactive tools and journalistic gender narratives. To carry out this study, we relied on the theoretical contributions of Ávila (2003), Barbosa and Torres (2013), Bertocchi (2016), Ramos (2011), Fragoso, Recuero and Amaral (2011) and Silva (2007). As methodological support, we used content analysis based on Bardin (2011).

Keyword: Data journalism; Journalistic narratives; Reproductive rights; Gênero e Número.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender de que modo o portal brasileiro Gênero e Número, vinculado à associação de mesmo nome, faz uso da prática do jornalismo de dados para a construção de narrativas de gênero. O trabalho analisa especificamente o tema dos direitos reprodutivos e, para isso, examinaremos padrões presentes em quatro reportagens sobre a temática, disponíveis no portal. São elas: “Aborto legal na mira: 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez”⁶, de Vitória Régia da Silva, publicada em 23 de setembro de 2021; “Procedimentos de laqueadura caem e acesso esbarra em desinformação”⁷, de Agnes Sofia Guimarães, publicada em 19 de julho de 2022; “Brasil limita informação sobre acesso ao aborto legal”⁸, de Soledad Dominguez, Natalia Veras e Mariana Oliveira, publicada em 30 de novembro de 2022; e “Roraima lidera ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos”⁹, de Schirlei Alves e Marcella Semente, publicada em 23 de maio de 2023.

Optamos por selecionar reportagens que abordam diferentes perspectivas dentro da temática dos direitos reprodutivos, como aborto, métodos contraceptivos e a

⁶ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-legal-na-mira/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/laqueadura-desinformacao/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-informacao-aborto-legal/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/roraima-fecundidade-meninas/>. Acesso em: 23 jun. 2023.



ocorrência da gravidez em contextos de vulnerabilidade social e econômica. As reportagens escolhidas para este estudo se inserem no que Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 78) definem como amostras intencionais, nas quais os elementos “são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise”.

Levamos em consideração que parte das produções guiadas pelo jornalismo de dados está voltada para questões que tratam de políticas públicas, destacando a vinculação intrínseca com ações de fiscalização do poder, os meandros da administração pública e as relações entre os diferentes poderes, conforme apontado por Weber e Brenol (2020).

Nesse sentido, ao longo do trabalho procuraremos demonstrar de que maneira o veículo analisado aborda as temáticas em questão, tendo em vista a necessidade de se construir um jornalismo de dados ético e que busca se posicionar por meio do levantamento e difusão de informações relevantes para a sociedade brasileira.

De acordo com Ávila (2003), os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva e devem ser tratados como uma dimensão da cidadania separada dos direitos sexuais. Essa separação se faz necessária no contexto da luta dos movimentos feministas contravalores conservadores que historicamente subordinam a sexualidade das mulheres apenas à reprodução, ao mesmo tempo que naturalizam a heterossexualidade como única forma aceita de expressão sexual. Desse modo, separando os campos da sexualidade e da reprodução, passa-se a ver a liberdade sexual como um componente elementar da autonomia feminina em relação às escolhas reprodutivas.

Também consideramos a intersecção que há entre classe, gênero e raça, como fator primordial para a análise das reportagens, tomando como referencial teórico o texto “Raízes das desigualdades”, de Carmen Silva (2007). Nele, Silva aponta a insuficiência de se falar sobre as problemáticas de gênero sem considerar raça e classe como elementos determinantes da opressão sofrida pelas mulheres.

Historicamente, no Brasil, o racismo se estruturou de modo similar ao machismo, de acordo com a autora, por se utilizar de conceitos biológicos para justificar a



marginalização de um grupo social, o que se relaciona também com as questões de classe, uma vez que:

Na formação social brasileira, as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho (...). As relações raciais se articulam com as relações de exploração no processo de acumulação capitalista, a partir do trabalho escravo de negros e negras, por séculos. (Silva, 2007, p. 1, 3)

Trabalhar esses conceitos separadamente é insuficiente, portanto, visto que as desigualdades estruturais possuem uma mesma base histórica, social e econômica que oprime as formas e expressividades de vida tidas como diferentes. A partir desta reflexão, vemos a necessidade de discutir a temática de gênero relacionando-a com questões de raça e de classe, tendo em vista que a realidade social se apresenta de modo complexo e não se deve ignorar a influência de uma forma de opressão sobre as outras.

Para a realização desta pesquisa recorremos às ferramentas metodológicas oferecidas pela análise de conteúdo, a partir de Bardin (2011), que serão detalhadas adiante.

JORNALISMO GUIADO POR DADOS NO PORTAL GÊNERO E NÚMERO

Também chamado de *data journalism*, Barbosa e Torres (2013, p. 2), o jornalismo guiado por dados é aquele que se utiliza de informações quantitativas, que podem ser retiradas de bases públicas ou privadas. Para armazenar esses dados, podem ser usados modelos nos quais os números são mantidos de forma bruta, como planilhas de Excel, ou podem ser adaptados em padrões de design e outros formatos. O uso de variados recursos tem a intenção de facilitar a compreensão do público e estabelecer uma leitura visual das informações, especialmente por meio da relação estabelecida entre elas.

Em concepção similar, Bertocchi (2016, p. 127) afirma que este modelo de jornalismo “diz respeito ao processo jornalístico que vai da captura dos dados e sua curadoria até a visualização em um formato a ser acessado pelos usuários finais nas interfaces digitais”.



É neste sentido que buscamos compreender de que maneira o portal Gênero e Número utiliza-se dos dados para dar visibilidade a questões de gênero e seus atravessamentos.

Ramos (2011, p. 22) comprehende “as bases de dados como o centro da criação jornalística”, visto que dominam hierarquicamente a criação e a manipulação de conteúdos diversos no chamado jornalismo digital em base de dados. A partir daí, segundo a autora, geram-se linguagens, modelizadas pelos formatos, dos quais pode-se obter experiências narrativas. Não há narrativas nos dados na forma pura: “As bases de dados não contam histórias”.

Nesta perspectiva, os dados operam como suporte às histórias que serão narradas no portal Gênero e Número. As narrativas incluem ferramentas de apuração comuns ao jornalismo, como as entrevistas, e uso de recursos visuais, como os infográficos.

A Associação Gênero e Número foi fundada em fevereiro de 2022, dando continuidade ao trabalho da empresa social Gênero e Número, criada em 2016. A entidade se compromete a produzir e distribuir “jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade”¹⁰, a partir da “convergência entre jornalismo de dados, pesquisa e debate público”.

A Gênero e Número apresenta-se como uma organização independente dos grandes grupos da mídia e apartidária. A equipe é multiprofissional, reunindo pessoas que trabalham com pesquisa, ciência de dados e jornalismo. No portal, a associação justifica o jornalismo de dados por ela utilizado:

Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero e raça precisa melhorar, onde diversos dados importantes e urgentes sobre desigualdades podem e devem ser comunicados. No jornalismo de dados e na pesquisa, há métodos consolidados para se trabalhar de forma contínua e sistematizada a produção de informação, sejam notícias ou outros formatos midiáticos, a partir de bancos de dados estruturados em ambientes públicos ou privados. (Gênero e Número, Online)¹¹

¹⁰ Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 19 ago. 2023.



A equipe é atualmente composta por Natália Leão, diretora de pesquisa e projeto; Marilia Ferrari, diretora de design e inovação; Vitória Régia da Silva, gerente de jornalismo; Maria Martha Bruno, gerente de audiência e distribuição; Adriana Constantin, gerente financeira; Victória Sacagami, designer de informação; Michelle Cortes, analista de captação e desenvolvimento institucional; Marcella Semente, analista de dados; Miriã Damasceno, estagiária de comunicação e Sabrina Mendes, estagiária de design.

Nas quatro reportagens da Gênero e Número selecionadas para este estudo, foram observados padrões de pesquisa, fontes e linguagem presentes nas quatro reportagens. A partir desses recortes, foi possível identificar as estratégias utilizadas para transformar os dados retirados de bases públicas ou privadas em narrativas jornalísticas que exploram as questões dos direitos reprodutivos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS SELECIONADAS

Laurence Bardin (2011, p. 38) define análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Para a autora, “qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

Para o estudo das quatro reportagens, utilizaremos as técnicas da análise categorial, que “pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação” (Bardin, 2011, p. 42-43). Esse método é o das categorias, no qual “espécies de gavetas” classificam os elementos “de significação constitutivos da mensagem”.

As “gavetas” aqui utilizadas terão as seguintes classificações, nas quais as reportagens podem ser inseridas ou não, dependendo do resultado da análise: **Categoria 1:** Intersecção de Gênero, Raça e Classe; **Categoria 2:** Gênero e Legislação; **Categoria 3:** Gênero e Geografia.

A originalidade do conteúdo, trazendo novas informações, perspectivas ou abordagens, é outro fator relevante. Ademais, busca-se a diversidade de fontes e vozes



apresentadas nas reportagens, com o objetivo de ampliar a compreensão dos problemas abordados.

Por fim, a qualidade jornalística, evidenciada por uma pesquisa aprofundada, apuração precisa dos fatos, clareza na apresentação das informações e aderência aos princípios éticos do jornalismo, também desempenha papel significativo na seleção. Tais critérios visam assegurar que as matérias selecionadas abordam questões pertinentes, e promovem a transparência, a equidade e o enfrentamento das desigualdades sociais, aspectos fundamentais para a missão da Gênero e Número sobretudo para as questões de gênero, categoria que se mantém em todos os textos aqui submetidos à análise.

“ABORTO LEGAL NA MIRA: 100% DOS PROJETOS DE LEI NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2021 SÃO CONTRÁRIOS À INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ”

Esta reportagem, escrita por Vitória Régia da Silva e publicada em setembro de 2021, discute a descriminalização do aborto. O texto menciona que, ao contrário dos outros países latinos, o Brasil regride em relação ao assunto: enquanto no México a interrupção da gravidez foi aprovada na justiça, em nosso país, projetos de lei e outras ações contrárias ao aborto legal ganham atenção cada vez maior.

A matéria apresenta dados comparativos entre 2019, quando 43% dos projetos de lei que mencionavam a palavra aborto se mostravam contrários a tal, e setembro de 2021, quando 100% desses projetos se posicionavam contra a interrupção da gravidez, mesmo em casos previstos pela legislação. De acordo com o relatório “Mulheres e resistência no Congresso Nacional”, do CFEMEA¹², nos seis primeiros meses de 2021 os direitos sexuais e reprodutivos foram o segundo tema com a maior quantidade de propostas legislativas apresentadas e, deles, apenas 22% dos que foram encaminhados à Câmara são sobre aborto.

¹² O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Foi fundada em 1989 e tem sede em Brasília. Discute temas relacionados aos feminismos, igualdade racial, direitos humanos e autocuidado.



A reportagem trouxe ainda um estudo intitulado “Conhecimento de médicos residentes em Ginecologia e Obstetrícia sobre o aborto medicamentoso”, do Grupo de Estudos sobre Aborto no Brasil, da Unicamp. Nele, os resultados revelam que menos da metade dos residentes de ginecologia e obstetrícia dos 21 hospitais analisados possui conhecimento suficiente sobre o uso dos medicamentos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de forma a garantir a segurança durante o processo de interrupção da gravidez.

No Brasil, o aborto legal é permitido por lei nos casos em que a gestação é resultado de estupro, quando oferece risco à vida da mulher ou quando o feto é anencéfalo – critério validado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, as informações apresentadas na reportagem evidenciam as grandes barreiras construídas no decorrer dos anos contra o aborto no país, mesmo em situações em que não é considerado crime.

Na esfera religiosa, foi analisado pelo CFEMEA que existe uma ligação entre grupos católicos e evangélicos e essas barreiras. A assessora técnica da organização, Joluza Batista, explica esse vínculo:

Essa alta movimentação é conectada com o governo Bolsonaro e sua pauta conservadora, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e a agenda internacional. Existe uma estratégica tática dos fundamentalistas em cima dos PLs, por isso, eles trabalham muito nessa pauta, buscando retrocesso dos direitos das mulheres. A centralidade do aborto nos projetos sobre direitos sexuais e reprodutivos é porque eles querem de toda forma colocar o direito à vida desde a concepção na Constituição.

Ao final, a reportagem apresenta dados dos projetos de lei sobre aborto na Câmara dos Deputados em 2021, explicando cada um deles, e as articulações em torno do tema. Além disso, deixa cada vez mais clara a regressão do Brasil no que concerne à América Latina, que de modo geral avança na descriminalização do aborto, apresentando números e declarações que expõem esses avanços. A autora da reportagem se utilizou do jornalismo de dados para enfatizar que o Brasil ainda se encontra em um cenário que impõe dificuldades às mulheres em relação aos seus direitos reprodutivos, tanto em situações de criminalização do aborto quanto nas quais o procedimento é legalizado.



Em relação à classificação desta reportagem, a partir do suporte oferecido pela análise de conteúdo de Bardin (2011), entendemos que a matéria se encaixa nas categorias Raça e Classe e Legislação. Na primeira, devido às maiores dificuldades encontradas na luta pelo aborto legal por parte de mulheres não brancas e em situação social vulnerável; e na segunda, em razão de apresentar um panorama da legislação brasileira em 2021, que se caracterizava por um esforço em avançar na criminalização do aborto. Além disso, denuncia como mesmo o direito ao aborto legal por lei é desrespeitado.

“PROCEDIMENTOS DE LAQUEADURA CAEM E ACESSO ESBARRA EM DESINFORMAÇÃO”

Escrita por Agnes Sofia Guimarães Cruz, a reportagem trata dos problemas de acesso à informação sobre laqueadura, e as dificuldades enfrentadas por mulheres brasileiras para realizar o procedimento de esterilização voluntária. A estudante Marília Santos, de 25 anos, relata que, mesmo não desejando ter filhos e tendo o apoio do namorado, sua família e médicos se mostraram contrários à decisão. Ela foi informada de que só poderia realizar a laqueadura caso comprovasse ter alguma doença mental irreversível ou estivesse em estágio terminal de alguma doença.

A Lei nº 14.443 de 2022, que permite o fim da obrigatoriedade de aval do cônjuge para procedimentos de laqueadura e vasectomia, entrou em vigor em 2023. Foi aprovada pelo Senado em agosto de 2022 e sancionada em 2 de setembro, com prazo de 180 dias para entrar em vigor. A lei reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a realização voluntária de tais procedimentos.

A matéria também destaca que, mesmo quando as mulheres atendem aos requisitos legais, ainda encontram obstáculos para obter a laqueadura. A falta de informação por parte dos profissionais de saúde e a resistência ao procedimento são mencionadas como razões para a diminuição do número de cirurgias realizadas. Ainda assim, há relatos de decisões judiciais que negam o direito à esterilização e casos em que a realização da laqueadura resulta em gravidez indesejada devido à falta de informações sobre a eficácia do procedimento.



É perceptível a postura controladora do Judiciário, mostrada na reportagem, que muitas vezes não considera os direitos de escolha das mulheres. Uma das fontes, a advogada Patricia Marx, destaca a importância de se documentar todo o processo em casos de negativa da laqueadura, pois não há consenso sobre a responsabilidade em situações de erro médico que resultam em gravidez indesejada. Outra especialista trazida para discutir as relações de informação, dados e o processo médico de laqueadura é a pesquisadora Amanda Muniz. Ela ressalta que o acesso à laqueadura também é dificultado para os homens, que enfrentam estigmas quando não desejam a paternidade e encontram obstáculos para realizar a vasectomia.

Embora existam projetos em andamento para facilitar o acesso à esterilização voluntária, a advogada Patricia Marx alerta que cenários eleitorais e a falta de prioridade dada ao tema costumam dificultar o avanço dessas propostas.

Os dados apresentados na reportagem estabelecem uma relação entre o procedimento e critérios de raça, estado civil e faixa etária. O principal número gerado pela matéria aponta para a diferença da realização da laqueadura entre mulheres negras e brancas, demarcando que as negras se submetem três vezes mais que as brancas ao procedimento, com base no que apontam o Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) e a Pesquisa Nacional de Saúde.

Consideramos que esta reportagem se insere nas categorias Raça e Classe e Legislação. No caso da primeira categoria, o texto mostra relação entre as dificuldades para realização da laqueadura e questões de raça. Já a inserção na segunda se justifica pois, mesmo quando mulheres se apoiam nas leis de vigor, encontram dificuldades para realizar o procedimento.

“BRASIL LIMITA INFORMAÇÃO SOBRE O ABORTO LEGAL”

A reportagem escrita pelas jornalistas Soledad Dominguez, Natalia Veras e Mariana Oliveira, publicada em novembro de 2022, aborda a limitação do acesso às informações ao aborto legal no Brasil. O foco recai sobre dados e informações referentes



ao aborto que não são notificados para a população por meio das secretarias de Saúde de cada estado.

Os dados – apresentados de modo quantitativo nos primeiros parágrafos do texto – evidenciam que apenas seis das 27 federações disponibilizam informações sobre aborto legal nos sites oficiais de suas secretarias de Saúde. Os dados iniciais aparecem também no formato de infográfico interativo – desenvolvido pela equipe da Gênero e Número –, que possibilita uma compreensão visual e dinâmica do que foi apresentado no texto escrito.

A reportagem também informa a relação entre as condições para realizar o aborto e as condições financeiras da mulher, ao citar a pesquisa intitulada “Oferta e realização de interrupção legal de gravidez no Brasil”, de Marina Jacobs, a qual aponta que, entre 2010 e 2019, a cada sete mulheres que fizeram o procedimento em casos permitidos por lei, uma precisou se deslocar da cidade em que residia.

Qualitativamente, os impactos da limitação de informações aparecem na narração da história de Patrícia (nome fictício), uma mulher do interior de Minas Gerais que foi vítima de estupro e não sabia que tinha aval legal para realização do aborto. Na reportagem, as jornalistas relatam que Patrícia não buscou ajuda num posto de saúde por medo, preferindo guardar dinheiro para comprar remédios que são conhecidos por causarem aborto. O que aconteceu, porém, foi a falta de efeito do medicamento e sua exposição a uma dor que poderia ter sido evitada se ela soubesse que poderia realizar o aborto de maneira segura e dentro da lei.

A partir da narração do caso de Patrícia – utilizando-se sempre da linguagem jornalística, de modo que a maior parte das pessoas que possuem acesso ao veículo consigam compreender o que está sendo dito e analisado –, podemos constatar como os dados, que num primeiro momento são apenas representações numéricas, podem causar impacto real na vida das pessoas.

Nesta reportagem, os dados foram coletados, analisados e distribuídos para outros meios de comunicação pela equipe da Gênero e Número. As jornalistas que produziram a matéria participaram do levantamento de informações, enquanto Marilia Ferrari e Victoria Sacagami desenvolveram os gráficos que aparecem na reportagem.



Com embasamento na análise de conteúdo de Bardin (2011), consideramos que essa reportagem se insere nas categorias Raça e Classe e Geografia. Na primeira, pois dificuldades financeiras para viajar e realizar o aborto, que muitas mulheres enfrentam, revela uma posição subalterna de classe. Na segunda, consideramos que a matéria demonstra como apenas seis de 27 unidades da federação disponibilizavam informações em suas plataformas virtuais, em 2022.

“RORAIMA LIDEROU RANKING DE TAXA DE FECUNDIDADE ENTRE MENINAS DE 10 A 14 ANOS”

Para esta reportagem, publicada em 23 de maio de 2023 por Schirlei Alves, que trabalha com jornalismo investigativo orientado por dados, e Marcella Semente, pesquisadora e analista, a Gênero e Número realizou um levantamento junto ao Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde, e da Projeção de População, do IBGE. Os dados selecionados revelam que, além de Roraima liderar o ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos no Brasil, esse também foi o único estado brasileiro a não apresentar queda na taxa de fecundidade nesse grupo, entre os anos de 2017 e 2021.

A matéria mostra a porcentagem da redução na taxa de fecundidade de meninas na faixa etária de 10 a 14 anos em outros estados brasileiros, e traz, ainda, a informação de que em Roraima, a cada mil meninas, oito tiveram filhos, e que 51% dessas eram indígenas. Por fim, apresenta os cinco estados do Brasil que tiveram a maior taxa de fecundidade dentre o grupo. As informações são mostradas também na forma de recursos visuais, por meio de infográficos.

A reportagem de Alves e Semente explora também a questão geográfica, avaliando como a gravidez na infância atinge, por exemplo, imigrantes venezuelanas em Roraima e meninas indígenas. Ao investigar o assunto, a equipe constatou que, além das realidades particulares de cada povo indígena, a migração venezuelana para o estado de Roraima deixou as indígenas migrantes expostas a violações de direitos. Um local onde



as violências sexuais contra esse grupo podem acontecer são os abrigos nos quais os migrantes ficam alojados.

A reportagem traz a história de uma adolescente de 14 anos que realizou um parto natural em completo silêncio. O caso aconteceu em Roraima, estado foco da reportagem, no Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, no município de Boa Vista, e foi acompanhado pela professora do curso de Ciências Sociais e pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Fronteiras (Geifron), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Márcia Maria de Oliveira. A menina, que é indígena e de nacionalidade venezuelana, disse à pesquisadora que foi orientada pela mãe a não gritar durante o parto, para não sofrer discriminação. O episódio ocorreu em 2022.

A inserção desse caso da menina indígena e de nacionalidade venezuelana, que vive em Roraima, é uma forma de apresentar, entre os números, uma história que permite denunciar a realidade da violação dos direitos reprodutivos desse grupo.

A reportagem de Alves e Semente é mais um exemplo de como é possível utilizar o jornalismo guiado por dados para tratar de direitos reprodutivos. Mais uma vez destaca-se, para além das questões de gênero, raça e classe, a perspectiva da geografia. Isso porque fica claro que a realidade dessas meninas de 10 a 14 anos é bastante afetada por viverem no estado de Roraima, que por ter uma densidade demográfica considerada baixa e sérios problemas de locomoção, impõe dificuldades de acesso a serviços públicos. A questão geográfica, em suma, afeta diretamente a proteção dos direitos das meninas indígenas. Além disso, o fator de classe e raça também tem impacto significativo, pois trata-se de meninas não brancas, majoritariamente indígenas, e de baixa renda. Por isso, consideramos que essa reportagem se insere nas categorias Geografia e Raça e Classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base a utilização de dados estatísticos com foco na intersecção entre gênero, raça e classe social, e especificamente na questão dos direitos reprodutivos, direcionamos nossa análise ao portal Gênero e Número, partindo da premissa de que os



dados levantados seriam empregados de forma contextualizada e integrada, contribuindo para a construção de uma narrativa jornalística de relevância social.

Com os resultados de classificação em categorias, baseando-se em Bardin (2011), percebemos que o tema dos direitos reprodutivos está intrinsecamente ligado às questões de raça e classe, além de estarem vinculados também a questões de ordem legislativa e geográfica.

Sendo assim, as reportagens publicadas no portal Gênero e Número resultam da convergência entre o jornalismo de dados, as pesquisas e, sobretudo, o debate público. Chama atenção o fato de que aspectos de raça e classe se fizeram presentes em todas as reportagens analisadas, demonstrando que tais questões estão intrinsecamente relacionadas à temática dos direitos reprodutivos das mulheres.

Também podemos perceber a relevância dos dados e sua intersecção com espaços de poder, como a política. Notamos este fato em todas as reportagens, que ao trabalharem com os contextos sociais em que se inserem as cidadãs brasileiras, nos permite enxergar a defasagem de políticas públicas que deem às mulheres maior liberdade e autonomia, a exemplo da falta de informações de dados sobre aborto legal nos sites oficiais das secretarias de Saúde, exposta na reportagem “Brasil limita informação sobre o aborto legal”. As mulheres ficam à margem dos interesses das administrações públicas, sendo negados a elas os direitos que, muitas vezes por meio de respaldo legislativo, deveriam ser garantidos.

Como afirma Ramos (2011), “a priori, em estado puro, não há narrativas nas bases de dados”. Nesse sentido, as reportagens analisadas demonstram como o trabalho do jornalismo de dados possibilita unir histórias de vida, números frios e recursos visuais para gerar um produto jornalístico de qualidade, capaz de ser compreendido pelo público e de contribuir para denunciar violações de direitos.

Por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), observamos como a utilização o uso dos dados, atrelados a ferramentas comuns do jornalismo, desempenha um papel de criação de narrativas de gênero no trabalho realizado pela Gênero e Número. Entendemos que essa abordagem permite não apenas informar o público, mas também fomentar



discussões sociais e políticas, ampliando a compreensão coletiva dos fatos e fenômenos sociais, e promovendo a busca por justiça social e o pleno exercício da democracia.

Para nós, enquanto estudantes de Jornalismo, o contato com este campo do saber é fundamental no processo de compreensão e formação da responsabilidade ética que devemos ter em face dos acontecimentos que pretendemos informar, inclusive quando fazemos uso dos dados. Por mais que não possamos alcançar toda a realidade, podemos promover recortes do real que levem em consideração fatores sociais, políticos e econômicos, da mesma forma que é imperioso buscarmos compreender melhor os sujeitos em condições de vulnerabilidade, nas questões que os atravessam.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Schirlei. SEMENTE, Marcella. Roraima lidera ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos. **Gênero e Número**. Disponível em: <https://shorturl.com/Z1TJ>. Acesso em: 23/06/2023.
- ÁVILA, M. B.. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 465–469, 2003.
- BARBOSA, S. A.; TORRES, V. O paradigma ‘Jornalismo Digital em Base de Dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galáxia (São Paulo, Online)**, n. 25, p. 152-164, jun. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERTOCCHI, Daniela. Dos dados aos formatos: A construção de narrativas no jornalismo digital. Curitiba: Appris, 2016.
- BRENOL, Marlise Viegas. WEBER, Maria Helena. **Interesse público e política na prática do jornalismo de dados no Brasil**. 2020. Grupo de Trabalho Comunicação Política do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande - MS.
- DOMINGUEZ, Soledad; VERAS, Natalia; OLIVEIRA, Mariana. Brasil limita informações sobre acesso ao aborto legal. **Gênero e Número**, [s. l.]. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-informacao-aborto-legal/>. Acesso em: 21/06/2023.



FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUIMARÃES, Agnes Sofia. Procedimentos de laqueadura caem e acesso esbarra em desinformação. **Gênero e Número**, [s. l.], 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/laqueadura-desinformacao/>. Acesso em: 21/06/2023.

PEREIRA MADEIRO, Alberto; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. 23 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.10352015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/L6XSyzXN7n4FgSmLPpvcJfB/?lang=pt#>. Acesso em: 19/06/2023.

PEREIRA MADEIRO, Alberto; DINIZ, Daniela. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 563–572, fev. 2016.

RAMOS, Daniela Oswaldo. Formato: **condições para a escrita do jornalismo de digital de base de dados:** Uma contribuição da Semiótica da cultura. 2011. 159 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23092011-180325/publico/danielaosvaldramos.pdf>. Acesso em: 21/06/2023.

SILVA, Carmen. Raízes das desigualdades. **Cadernos de Crítica Feminista** - n. 0, ano I, 2007. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/RaizesdasDesigualdades_CarmenSilva_2007.pdf. Acesso em: 27/06/2023.

SILVA, Vitória Régia da. **Aborto legal na mira:** 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-legal-na-mira/#index_8. Acesso em: 17/06/2023.